



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009425-80.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **SERGIO LUIZ BOARO**
 Requerido: **CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afirmando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido produtos junto à ré, os quais entretanto não lhe foram entregues.

Alegou ainda que cancelou a compra, mas como o seu valor não foi estornado de seu cartão de crédito almeja à condenação da ré a restituí-lo.

A matéria preliminar arguida pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Pelo que se extrai dos autos, são incontroversos a compra relatada a fl. 01, o seu pagamento parcelado por intermédio do cartão de crédito do autor, a não entrega dos produtos e o cancelamento da transação.

Sobre tais dados não pesam divergências.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante desse cenário, é de rigor concluir que o autor faz jus à devolução do que pagou, sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa da ré que perceberia valor por venda de objetos não entregues.

O argumento de que ela ao diligenciar o estorno do montante em face da operadora do cartão de crédito do autor eximiria sua responsabilidade pelo episódio não se me afigura de possível aceitação.

Isso porque a relação jurídica em apreço envolveu de um lado o autor e de outro a ré.

O cartão de crédito do primeiro foi usado simplesmente como alternativa para viabilizar o pagamento da importância pertinente, mas por si só não desnatura o liame estabelecido entre as partes, apenas e tão somente.

É óbvio, outrossim, que poderá a ré pleitear regressivamente junto a quem repute de direito o ressarcimento pelo que aqui porventura despendeu, mas isso não afeta o direito do autor em exigir dela a restituição do que restou ajustado com a mesma para a consumação do negócio.

Por fim, assinalo que os documentos de fls. 73/82 – não impugnados pela ré – denotam que o estorno não chegou a acontecer em momento algum, de sorte que se acolhe a postulação vestibular, cumprindo ressaltar que ela não contempla o ressarcimento de danos morais, ao contrário do sustentado na peça de resistência.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão da compra e venda tratada nos autos e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 907,90, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2015 (época da efetivação da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**